Debates

7 DE JUNHO DE 2016 78° SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, JOOJI HATO, FERNANDO CAPEZ, MARIA LÚCIA AMARY, GILENO GOMES e CARLÃO PIGNATARI Secretários: JOOJI HATO, CARLOS CEZAR e PAULO CORREA JR

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 ANALICE FERNANDES Assume a Presidência e abre a
- 2 CORONEL TELHADA
- Comenta o falecimento de criança de 10 anos de idade, envolvida em tiroteio com policiais militares. Afirma que a criança testemunha tem sido orientada, por advogado, a alterar a versão dos fatos. Exibe vídeo de matéria jornalística sobre o tema. Defende a conduta do policial militar, em defesa própria e da sociedade. Lamenta a postura crítica contra a instituição de Segurança Pública. Clama ao Governo do Estado que reajuste a remuneração dos profissionais do setor.
- 3 CARLOS GIANNAZI

Corrobora o pronunciamento do deputado Coronel Telhada, quanto à valorização salarial dos servidores públicos. Critica o Governo do Estado por não financiar o lamspe - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público o sucateamento do hospital. Responsabiliza o prefeito Fernando Haddad pela situação do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo.

4 - JOOJI HATO

Faz coro ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Reflete a respeito da escassez de recursos financeiros destinados à Sáude, ao Esporte, à Segurança Pública, e à Educação. Lembra projeto de lei da "moto sem garupa", o que, a seu ver, promoveria economia em recursos do SUS -Sistema Único de Saúde. Noticia o falecimento de senhora assassinada por meliantes que usavam motocicleta como instrumento para a prática de crime. 5 - MARCOS MARTINS

Anuncia que dia 09/06 deve ser realizada, nesta Casa, audiência pública, com membros do Ministério Público Federal do Trabalho, cujo intuito é discutir projetos de lei tendentes a impedir o uso do amianto em tubulações. Acrescenta que está confirmada a nocividade do produto. Clama pelo banimento do uso do material.

6 - JOOJI HATO

Assume a Presidência

7 - MARCOS DAMASIO Comenta visita ao Chefe da Casa Civil, Samuel Moreira, a fim de reivindicar emendas parlamentares. Lembra que pleiteia emenda capaz de favorecer a pavimentação asfáltica de bairro de Mogi das Cruzes. Acrescenta que fez cobrança pública ao governador do Estado, a respeito do tema. Lamenta o risco, afirmado pelo Governo do Estado, de não ter recursos suficientes para o pagamento de servidores públicos, no final do ano.

8 - MARCOS MARTINS Para reclamação, defende a criação da lei impositiva, como forma de obrigar o Estado a conceder as emendas parlamentares aprovadas na lei orçamentária.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Comenta que emendas parlamentares devem ser concedidas com brevidade.

10 - SEBASTIÃO SANTOS Tece considerações a respeito da falta de planejamento na lei orçamentária. Lamenta o fechamento de hospitais, em razão da escassez de recursos financeiros para atender a população. Critica obras de duplicação da Rodovia Assis Chateaubriand, a prejudicar moradores de Barretos, devido a erros de planejamento em engenharia. Comenta leilões de automóveis, levados a efeito pelo Detran. Reflete acerca do destino de recursos, auferidos pelo Estado, decorrentes da aplicação de multas em radares eletrônicos.

11 - LECI BRANDÃO

Manifesta posição contrária, do PCdoB, à privatização de parques ambientais, objeto do PL 249, de autoria do Governo do Estado. Rebate o posicionamento do Governo sobre o tema. Ressalta que a manutenção das áreas, pelo Estado, favoreceria a qualidade de vida da população. 12 - ANALICE FERNANDES

Manifesta indignação com a ocorrência a envolver crianças de 10 anos e a Polícia Militar, recentemente noticiada pela mídia. Faz alusão às condições sociais da criança falecida. Acrescenta que o Estado não foi capaz de promover a devida assistência ao menor. Clama pelo acolhimento de menores moradores de rua.

13 - MARCOS MARTINS

Solicita a suspensão da sessão até as 16h30min.

14 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Anota o pedido. 15 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, rebate o posicionamento do deputado Marcos Martins, quanto à não concessão de emendas parlamentares, pelo Governo do Estado. Argumenta que há queda significativa na arrecadação fiscal. Responsabiliza o governo federal pela situação econômico-financeira a

16 - MARCOS MARTINS

Para comunicação, manifesta-se contrariamente ao discurso da deputada Analice Fernandes. Comenta casos de corrupção que, a seu ver, envolvem o Governo do Estado.

17 - PRESIDENTE JOOJI HATO Parabeniza o deputado Marcos Martins pelo combate ao amianto. Elogia a deputada Analice Fernandes por trazer à mesa discussão a respeito do acolhimento de crianças abandonadas. Comenta projeto de lei de sua autoria, que visa a favorecer a qualidade de vida das crianças. Defere o pedido do deputado Marcos Martins e suspende a sessão às 15h36min.

18 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h32min.

19 - CARLOS GIANNAZI

Pelo Art. 82, repudia projeto de lei, de autoria do Governo do Estado, que prevê a privatização de parques estaduais, cujos nomes elenca. Discorre sobre os prejuízos causados à população de baixa renda pela cobrança de ingresso a áreas públicas de lazer.

20 - MILTON VIEIRA

Para comunicação, cobra melhorias em trecho da Rodovia Rio-Santos, no litoral norte de São Paulo, que, afirma, estar com excesso de buracos pelo tráfego pesado que passa pela região

21 - JOSÉ ZICO PRADO

Pelo Art. 82, manifesta-se contra, em nome da bancada do PT, a aprovação do PL 249/13, que propõe a privatização de 25 parques estaduais. Destaca a necessidade de realização de audiências públicas para discussão da matéria.

22 - LUIZ CARLOS GONDIM

Pelo Art. 82, considera necessária a compra de lotes da vacina contra a gripe H1N1, para aplicação nos funcionários desta Casa, que, a seu ver, são mais vulneráveis à contaminação devido ao constante contato



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MESA

Presidente: Fernando Capez

1º Secretário: Enio Tatto

2º Secretário: Edmir Chedid 3º Secretário: Adilson Rossi

4ª Secretário: Afonso Lobato

1º Vice-Presidente: Maria Lúcia Amary

2° Vice-Presidente: Analice Fernandes

3º Vice-Presidente: Jooji Hato

4º Vice Presidente: Antonio Salim Curiati

Conselho de Defesa das **Prerrogativas Parlamentares**

Presidente	Vice-Presidente
Campos Machado	
Efetivos	Substitutos
PSDB	PSDB
Barros Munhoz	Hélio Nishimoto
PSDB	PSDB
Carlão Pignatari	Luiz Fernando Machado
PSDB	PSDB
Vaz de Lima	Maria Lúcia Amary
PT	PT
Luiz Fernando	Marcia Lia
DEM	DEM
Estevam Galvão	Aldo Demarchi
PV	PV
Roberto Tripoli	Edson Giriboni
PMDB	PMDB
Jorge Caruso	Jooji Hato
PSD	PSD
Coronel Camilo	
PTB	PTB
Campos Machado	Roque Barbiere

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Presidente	Vice-Presidente
Coronel Camilo	Luiz Fernando Machado
Efetivos	Substitutos
PSDB	PSDB
Carlão Pignatari	Marcos Zerbini
PSDB	PSDB
Luiz Fernando Machado	Orlando Morando
PT	PT
João Paulo Rillo	Teonilio Barba
DEM	DEM
André Soares	Aldo Demarchi
PSB	PSB
Ed Thomas	Caio França
PV	PV
Afonso Lobato	Reinaldo Alguz
PPS	PPS
Davi Zaia	Fernando Cury
PSD	PSD
Coronel Camilo	Marta Costa
PTB	РТВ
Campos Machado	Roque Barbiere

Corregedoria Parlamentar

Corregedor Substituto

corregedor	corregedor substituto
PV	PMDB
Chico Sardelli	Jorge Caruso

CPI Energia Elétrica

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 175/2015, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 258/2015, com a finalidade de investigar irregularidades praticadas na prestação de ser-viço de fornecimento de energia elétrica executada pelas Concessionárias do Serviço Público de fornecimento de energia. Prazo de funcionamento: 120 dias

Presidente	Vice-Presidente
Carlão Pignatari	Delegado Olim
Efetivos	Substitutos
PSDB	PSDB
Carlão Pignatari	Mauro Bragato
PT	PT
João Paulo Rillo	Beth Sahão
DEM	DEM
Rogério Nogueira	Cezinha de Madureira
PSB	PSB
Carlos Cezar	Adilson Rossi
PV	PV
Roberto Tripoli	Marcos Neves
PMDB	PMDB
Jorge Caruso	Jooji Hato
PR	PR
Ricardo Madalena	André do Prado
PP	PP
Delegado Olim	Antonio Salim Curiati
PTB	РТВ
Campos Machado	Roque Barbiere
Relator: Jorge Caruso	

CPI Obesidade Infantil

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 176/2015, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 259/2015, com a inalidade investigar o crescimento da obesidade infantil no Estado de

Prazo de funcionamento: 120 dias

Presidente	Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary	Clélia Gomes
Efetivos	Substitutos
PSDB	PSDB
Maria Lúcia Amary	Carlão Pignatari
PSDB	PSDB
Mauro Bragato	Welson Gasparini
PT	PT
Geraldo Cruz	Beth Sahão
PSB	PSB
Carlos Cezar	Adilson Rossi
PSB	PSB
Ed Thomas	Caio França
PMDB	PMDB
Jooji Hato	Itamar Borges
PSC	PSC
Márcio Camargo	
PP	PP
Antonio Salim Curiati	Delegado Olim
PHS	PHS
Clélia Gomes	
Relator: Carlos Cezar	

CPI Sistema Financeiro

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 1/2016, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 261/2015, com a finalidade de investigar o Sistema Financeiro no que tange a inseguranárias, bem como a cobi Prazo de funcionamento: 120 dias

Presidente	Vice-Presidente
Efetivos	Substitutos
PSDB	PSDB
Carlão Pignatari	Barros Munhoz
PSDB	PSDB
Celso Giglio	Mauro Bragato
PT	PT
Teonilio Barba	Marcos Martins
PSB	PSB
Carlos Cezar	Adilson Rossi
PRB	PRB
Milton Vieira	Jorge Wilson Xerife do Consumidor
PPS	PPS
Davi Zaia	Fernando Cury
PR	PR
André do Prado	Ricardo Madalena
PSC	PSC
Márcio Camargo	Celso Nascimento

Relator:

CPI Epidemia do Crack

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 2/2016, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 262/2015, com a finalidade de investigar a denominada "Epidemia do Crack" no Estado

Prazo de funcionamento: 90 dias

Relator: Wellington Moura

Presidente	Vice-Presidente
Adilson Rossi	Coronel Telhada
Efetivos	Substitutos
PSDB	PSDB
Coronel Telhada	Carlão Pignatari
PSDB	PSDB
Welson Gasparini	
PT	PT
Beth Sahão	Professor Auriel
PSB	PSB
Adilson Rossi	Carlos Cezar
PRB	PRB
Wellington Moura	Milton Vieira
PPS	PPS
Fernando Cury	Davi Zaia
PCdoB	PCdoB
Leci Brandão	
PEN	PEN
Paulo Correa Jr	

Relator:

CPI Merenda

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 909/2016 escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por empre de São Paulo e Municípios paulistas, além de eventuais ações de agente públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário. Prazo de funcionamento: 120 dias Vice-Presidente

Efetivos	Substitutos